



REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO DA POBREZA E DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NA REALIDADE EDUCACIONAL

REFLECTIONS ON THE POVERTY BACKGROUND AND SOCIAL INEQUALITIES SITUATION ON EDUCATIONAL ENVIRONMENTS

Izarete da Silva de Oliveira **1**

Resumo: O presente artigo objetiva discutir o contexto da pobreza em espaços escolares a partir das abordagens de Arroyo (2018) e das condições de desigualdades inseridas no universo do currículo de Sacristán (2016), além do modo como este é ensinado para o aluno em condições de pobreza. Por meio de uma abordagem reflexiva este trabalho permite a compreensão da realidade da população brasileira quanto às condições econômicas, sociais e educacionais. Almeja responder provocações e questionamentos como: quando o currículo será elaborado e virá ao encontro do aluno pobre? O que ele encontrará na escola pública? Como o coletivo de professores se porta(rá) diante do perfil desse aluno? Em geral, entende-se, segundo Mészáros (2008) que a finalidade da educação deve voltar-se ao atendimento dos alunos empobrecidos.

Palavras-chave: Educação. Pobreza. Desigualdades.

Abstract: This article aims to discuss the context of poverty in scholarly environments based on the approaches of Arroyo (2018) and the conditions of inequalities inserted in the theoretical curriculum universe of Sacristán (2016), as well as, the way it is taught to students with a poverty background. Through a reflexive approach, this research allows us to better understand the reality of the Brazilian population in terms of economy, socialization and education. It also seeks to answer some questions and provocations, such as: When will the curriculum be elaborated and will it meet the needs of the students in poverty? What will they find in a public school? How will the board of teachers behave when facing the said students? Overall, according to Mészáros (2008), the purpose of education should be focused at serving impoverished students.

Keywords: Education. Poverty. Inequalities.

1 Mestra em Estudos de Cultura e Território pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora da Rede Básica de Ensino do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6131121087164445>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9878-1188>. E-mail: profizareteoliveira2016@gmail.com



Introdução

Partindo do pressuposto de que as categorias de análise deste artigo dizem respeito às concepções de pobreza, desigualdade e educação, observa-se, à primeira vista, que elas correspondem à ausência de bens materiais capazes de tornar os sujeitos desprovidos de dignidade, além de não possuir o suficiente para suas necessidades. Numa desigualdade de acesso a renda, percebe-se que a pobreza está presente em todos os espaços e lugares.

No contexto da função de Orientadora Educacional, as abordagens contidas neste artigo fazem referência à percepção da realidade de crianças em situações de pobreza dentro do espaço escolar. Como exemplo, há o relato diário de crianças e adolescentes que afirmam não possuir condições financeiras para adquirir o uniforme escolar, o material escolar e outros acessórios. Nesse conjunto de barreiras, o aluno pobre também apresenta conhecimento insuficiente em relação às habilidades e competências exigidas na série em curso, sendo isso entendido como déficit educacional.

Vale ressaltar, por meio desta abordagem, que o regimento escolar deve estar em consonância com a legislação nacional, pois eles devem preconizar que é vetado impedir o estudante de ter acesso ao ensino pelos motivos acima citados.

Em geral, os estudos sobre pobreza, desigualdade e educação devem fazer parte do processo de formação e atuação profissional com maior atenção e sensibilidade a estes estudantes. Na prática, o princípio da equidade deve ser visto como uma forma de acesso ao conhecimento, bem como de superação das desigualdades sociais.

Diante do panorama ora apresentado, quando o censo de 2003 informa que 17 milhões de crianças e adolescentes são usuários do Programa Bolsa Família, cabe enfatizar que o objetivo deste programa é a: "[...] transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social" (BRASIL, 2018, p. 03). Isso se dá porque este programa corresponde a uma política pública que objetiva combater a pobreza das famílias em condições de vulnerabilidade.

É importante que o docente, com qualificação pedagógica adequada, tenha ampla atenção e consideração às demandas estudantis pertencentes aos grupos sociais da pobreza e de baixas condições de aprendizagem. Isso se dá porque é preciso oportunizar e provocar a criticidade destes sujeitos, numa tarefa árdua e complexa, mas não restringindo esta função apenas à escola, uma vez que o sujeito inserido na pobreza também faz parte da sociedade e precisa da escola para seu avanço acadêmico, social e profissional.

Sobremaneira, é preciso refletir que a questão de pobreza em nosso país está envolta em complexidade e que não deva ser feita uma análise reducionista. Desta forma, quando se pontua sobre a inserção de crianças e adolescentes pobres nas escolas, há uma necessidade de reformulação do currículo escolar que não se centralize em questões disciplinares, mas em instigar os estudantes ao uso de conhecimentos da ciência, economia, esportes, artes, tecnologia e outras habilidades, não aplicando apenas o que consta na estrutura curricular.

Como afirma Sacristán (2016, p. 17) "[...] o currículo reflete o conflito entre interesses dentro de uma sociedade e os valores dominantes que regem os processos educativos". Neste território de conflitos estão envolvidos os docentes que já recebem uma estrutura curricular que determina o que deve ser ensinado, não demonstrando preocupação com quem é ensinado e qual o objetivo do que será ensinado. Essa preocupação deve estar acentuada para que não haja desconsideração das demandas de estudantes que vêm de uma parcela da população que se encontra em condições de pobreza.

Nesta trama de provocações é indispensável estudar e buscar compreender como ocorre o processo de pobreza e das desigualdades sociais que o sujeito está inserido. Como afirma Arroyo (2013),

[...] o exercício necessário para quem dedica-se a estudar a pobreza e as desigualdades sociais é aprofundar-se na reflexão sobre esse padrão de desenvolvimento concentrador da renda do trabalho e produtor da pobreza e da renda mínima de tantas famílias trabalhadoras (ARROYO, 2013, p. 13).

Conforme apontado, constata-se a existência de uma parcela da sociedade com postura crítica, humanizada e com o compromisso de realizar ações que tragam mudanças reais na vida dos sujeitos empobrecidos que estão o que devem estar nos espaços escolares. Isso deve ser observado para que não fique apenas no campo teórico, mas que seja possível refletir no viver destes sujeitos empobrecidos.

Reflexões sociais sobre a realidade da pobreza em contextos escolares

Este trabalho problematiza pobreza e cidadania numa abordagem do pensamento crítico relacionado à aplicabilidade conceitual que os cerca, principalmente em relação ao indivíduo que vive em sociedade e tem agregado a si direitos e deveres instituídos pela modernidade, os quais estão inseridos na complexidade das condições de pobreza.

Neste contexto, entende-se cidadania como o fato de o indivíduo ter seus direitos respeitados e garantidos do mesmo modo que este cumpra seus deveres. Assim, entende-se que este é o princípio norteador e fundamental da democracia, posto que ele viabiliza a vivência em sociedade. A cidadania é vista, portanto, como algo que implica no bem-estar social dos indivíduos, especificamente os que são vulneráveis e endossam a pobreza nos estratos sociais.

Cabe ressaltar que os pobres estão inseridos numa rede de nodosidade definida pela informação (ou falta desta). Informações estas que constitui a trama histórica entremeada na complexidade das condições políticas, culturais e econômicas.

É válido enfatizar que a existência do equilíbrio social é indispensável efetivação da equidade como princípio social. A garantia de acessibilidade a todos, principalmente o acesso à educação, ao patrimônio cultural, corresponde à estrutura que o torna um cidadão de fato, principalmente porque ele não tem seu acesso restrito.

De modo geral, é visível quando ocorre uma ampliação no atendimento das demandas sociais que são impactadas pela desigualdade. Nota-se que elas alcançam melhoria na qualidade de vida, além de desfrutarem de índices positivos para o meio social, tais como: elevação dos números de alfabetizados, de matriculados, de aprovados em vestibulares, de crianças vacinadas, de famílias que têm acesso a casas populares, aumento dos números de vagas de emprego etc.

Nesta abordagem, a educação é o aspecto ou ponto que mais é atingido pela desigualdade e nos instiga a refletir, como assevera Souza (2017, p. 88),

[...] o sucesso escolar dependerá, por exemplo, se disciplina, pensamento prospectivo " ou seja, a capacidade de renúncia no presente em nome do futuro " e capacidade de concentração são efetivamente transmitidos aos filhos. Sem isso, os filhos se tornam no máximo analfabetos funcionais. É esse patrimônio de disposições para o comportamento prático, que é um privilégio de classe entre nós, que vai esclarecer tanto a ocupação quanto a renda diferencial mais tarde (SOUZA, 2017, p. 88).

Compreende-se que as diferenças como as famílias se comportam e como veem a necessidade da educação para seus filhos, mesmo que não tenham tido oportunidade de estudar, será o elemento definidor do futuro de seus descendentes. Decerto, não podemos deixar de frisar a questão das classes sociais. Cita-se assim, a importância de investimentos em educação pública, quando nos deparamos com jovens de regiões pobres que adentram os espaços acadêmicos que demonstraram domínio do conhecimento nas diferentes áreas do conhecimento.

Assim, o determinismo ou ciclo de atraso pode ser quebrado quando este estrato, o da juventude que tem acesso a políticas públicas, principalmente na educação, torna possível mudanças no trajeto de suas vidas, as quais se dão por meio do conjunto de *capabilidade* inerentes ao indivíduo.

Nota-se que é preciso haver condições para dimensionar as capacidades de *capabilidade*. Neste panorama, é fundamental o tripé que inclui: família-sociedade-escola e o próprio estudante como o ponto central. Estruturalmente, este deve ter garantido condições para que seu intelecto

seja desenvolvido, desde acesso ao ambiente escolar ao local de prática da sua vida escolar até os espaços acadêmicos.

Ainda, numa reflexão mais ampla, a sociedade é responsabilizada pelo esquecimento e abandono da parcela vultosa de cidadãos que não conseguem ser garantido em seus direitos mínimos. Deste modo, é preciso compreender também quem é o indivíduo que luta contra todo empecilho que lhes é colocado para que seja impedido de ter acesso ao capital cultural. Capital este que é o propulsor na mobilidade social.

A cobrança da responsabilidade da sociedade se dá para que haja possibilidade de evolução na vida acadêmica via políticas públicas que são desejadas, efetivadas e acessíveis. Neste panorama, a permanência do estudante em sala de aula, numa visão não simplista, nota-se que as políticas públicas implantadas pelo Estado são fundamentais, isto é, elas são inerentes à efetivação da cidadania.

Segundo Santos (2005, p. 93), entende-se que “[...] o Estado constitui uma relação social [...] como aliado em algumas lutas contra a opressão”. Assim, entende-se que o Estado precisa lutar contra instrumentos que oprimem o cidadão, dentre estes, a pobreza. E ainda, Santos (2005, p. 94) afirma que “[...] um campo político onde se deve agir se houver condições para isso”. Contudo, as condições já estão criadas quando há situações de desigualdades e pobreza, pois elas representam o principal instrumento que dá sentido ao agir politicamente. Assim, faz-se necessário que este estrato da população inserida nestas lutas faça uso das informações, tenham conhecimento de como proceder, além do conhecimento das leis que os ampara em busca seus direitos.

Refletindo sobre esta questão que envolve a pobreza e a cidadania, nas lutas organizadas pelas classes populares, nos faz lembrar o que defende o Fórum Social Mundial " FSM, quando Santos (2005, p. 97) aponta:

[...] o facto de que a larga maioria dos seus movimentos e organizações acredita que apesar de vivermos em sociedades obscenamente desiguais, a igualdade não é suficiente como o princípio orientador de emancipação social (SANTOS, 2005, p. 97).

Percebe-se que os envolvidos nos movimentos sociais realizam suas lutas em prol da necessidade da igualdade a partir dos movimentos de ideias, pensamentos e concepções. Nessa luta, podemos citar a presença da mulher como sujeito político. Esta que é um grupo que sofre exclusão política e cultural, conseqüentemente, econômica. Essa condição se aprofunda mais ainda quando é chefe de família, negra e vive nas franjas da sociedade.

Nesta perspectiva, a solidariedade precisa ser intensificada nos diferentes meios onde a mulher se faz presente e em prol de um caminho para a cooperação social, além da responsabilidade individual e coletiva. Possibilita-se assim, o enfraquecimento da vulnerabilidade e amplia-se a expectativa de uma vida melhor, digna e com autonomia.

É certo que as privações de um poder aquisitivo que permite a aquisição de recursos materiais não é somente o definidor de pobreza. Mas, a impossibilidade do indivíduo se tornar autônomo por meio de suas capacidades. Quando essa vertente faz referência ao aspecto estrutural, a mídia tem forte poder de manipulação das camadas sociais mais pobres, a compreender quando Souza (2017, p. 17) menciona: “[...] afinal, a mídia não produz conhecimento [...]”, pois o que ela expõe tem apenas cunho político com objetivos comerciais, manipuladores direcionados a camada da sociedade composto por pobres especificamente, numa mudez que inibe a atuação política destes.

Enfim, num leque de observações as intervenções de políticas públicas como assevera (PINZANI, *et al.*, 2018),

[...] de combate à pobreza são, em suma, o sinal de que o estado e a comunidade política não se esqueceram dos(as) pobres, que se preocupam com o sofrimento e com a situação de carência e vulnerabilidade que enfrentam. São em outras palavras, sinais de uma solidariedade cívica e política, além de moral, se a aquela nenhuma comunidade política e nenhum país pode existir em paz e prosperar de forma justa (PINZANI, *et al.*, 2018).

Observa-se que as políticas públicas são vistas como instrumento ou divisor de águas que gera transformações na vida dos que precisam, dentre estes: crianças, jovens, idosos, mulheres e homens, negros, excluídos de todo serviço público social.

Em geral, as políticas públicas são questionadas pelos movimentos das classes populares que objetivam minimizar a fenda com profundidade abissal entre os que possuem condições de vidas dignas e os que não conseguem atingir seu papel social e democrático. Isso se dá para que o povo tenha garantido a equidade com justiça em combate das desigualdades e abandono nas franjas da sociedade.

Currículo e pobreza: território precarizado de vivências, aprendizagens e suas complexidades

Ao se debruçar sobre as questões inerentes ao currículo desde sua elaboração e aplicação, deve-se considerar primordialmente o aluno pobre que é inserido nos espaços escolares, ou seja, deve-se observar e reconhecer a pobreza e seus determinantes estruturais predominantes na rede pública.

A discussão desta abordagem contempla as seguintes indagações: quando o currículo será elaborado e virá ao encontro deste aluno pobre? O que o aluno pobre encontrará na escola pública? Como o coletivo de professores se portará e se porta diante do aluno com este perfil? Feito isto, é possível concluir que, para este aluno, a escola é uma oportunidade de fugir de suas realidades, vivências, onde se expõem suas carências, necessidades que vão além do material. Certamente, num quadro como este, alcançar a aprendizagem é quase inatingível.

Contudo, é possível compreender a situação de pobreza deles e identificar oportunidades que surgem na escola por meio de um currículo e às quais os alunos pobres se apegam. Elas incluem desde o acesso a palestras que abordam temas recorrentes em seu cotidiano, como também experiências de aprendizagens que vão além da sala de aula. E essa educação com currículo dinâmico exige dos coletivos gestores e professores o direcionamento do ensino para este objetivo: a tomada de consciência de si e busca de mobilidade social via escola.

Este panorama permite que a educação, tendo o professor como mediador, seja vista como um caminho que propiciará a aquisição e produção de conhecimentos que reflete em transformações na vida dos alunos como sujeitos integrantes de uma comunidade, especificamente uma comunidade escolar.

Sacristán (2016, p. 186) aponta que o papel do professor é “[...] decisivo, imediato e mediador das aprendizagens dos alunos, posto que a atitude que ele mantenha frente ao conhecimento condiciona enormemente a qualidade da aprendizagem e a atitude básica do aluno frente ao saber e à cultura [...]”. Diante disso, nota-se que o professor e todos os instrumentos pedagógicos são um elo entre o conhecimento e o aluno pobre. Cabe a este desenvolver sua função de forma que o currículo trabalhado não seja tendencioso ao pensamento hegemônico – fato que não é previsível com tanta facilidade” e que, por meio do estudo, gere uma possibilidade de mobilidade social e, no caso, agregados a este currículo, estejam temas tão relevantes como conhecimento e cultura.

Assim, nesta discussão, compreende-se sobre a relação de currículo e pobreza em Arroyo (2018, p. 12), como algo “[...] que seja possível articular currículo e pobreza é necessário reconhecer não só o direito dos sujeitos a saberem-se pobres, mas também o dever da escola, da docência e dos currículos de garantir-lhes esse direito.” Neste contexto, o currículo, além de contemplar os conhecimentos inerentes ao mundo, natureza, tempo, história, o domínio da linguagem, e tantos outros temas, permite também conhecer como a sociedade é padronizada social e politicamente, algo que deve estar imbricado no currículo e que tenha significados e significâncias sociais. Conforme Mészáros (2008, p. 13), quando trata-se da função social da educação no seu ato de educar temos o seguinte sentido:

[...] educar não é mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de

possibilidades. Esse é o sentido de se falar de uma educação para além do capital: educar para além do capital implica pensar uma sociedade para além do capital (MÉSZÁROS, 2008, p. 13).

Assim, esta realidade permite ao aluno pobre acreditar que somente a educação lhes tirará da pobreza, sendo necessário que ele compreenda que se trata de uma afirmativa falha, já que, enquanto houver concentração de renda, luta pela terra e tantas outras lutas vivenciadas por estes, o caminho para fora da pobreza permanecerá cheio de percalços que não só a educação resolverá. Nesse sentido, Mészáros (2008. P. 17) aponta:

[...] ao pensar a educação na perspectiva, não poderia senão restabelecer os vínculos " tão esquecidos " entre educação e trabalho, como que afirmando: digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação. Entende-se que o estudante precisa ser inserido na tomada de consciência onde este passa a ter autogestão da própria educação, quando este aluno pobre faz uso tanto dos espaços tecnológicos da escola quanto faz uso de leitura de acervo bibliográfico no seu cotidiano (MÉSZÁROS, 2008, p. 17).

Contudo, a educação é um caminho que lhes oportuniza a aquisição, produção e aplicação de conhecimentos, além de refletir em suas transformações como sujeitos integrantes de uma comunidade e de propiciar uma tomada de consciência centrada no fundo comportamental, psíquico e social.

Na linha do que aponta Mészáros (2008, p. 17), questiona-se: [...] "para que serve o sistema educacional " mais ainda, quando público -, se não for para lutar contra a alienação?" A exemplificar, quando mesmo em situação que não lhes permite o uso da criticidade, o aluno pobre ainda questiona, argumenta, interpela, instiga, no intuito de obter o entendimento da realidade que está inserido, direcionamento que depende muito da posição do professor.

Um currículo estruturado apresenta uma prática educacional que impacta e almeja alcançar um grau de conhecimento apenas para a inserção no mercado de trabalho. Certamente a educação produz possibilidades quando internalizadas. Nesta perspectiva, é necessário que se faça o exercício da seguinte reflexão: como é tratada a pobreza nos espaços escolares? Desde o currículo às práticas pedagógicas em si?

Tal reflexão deve contemplar e superar a concepção em que a pobreza é uma questão moral e reconhecer que o conhecimento hegemônico tende a reforçar a segregação dos excluídos em situação de pobreza.

Partindo desta premissa, Arroyo (2018, p. 12) esclarece que [...] "a escola tem a tarefa principal de formar profissionais para o mercado de trabalho e, para isso, acaba por desenvolver nas pessoas uma mentalidade utilitarista e produtivista" [...]. Nota-se, com isso, que o currículo comumente trabalhado nas escolas defende o propósito de inserção apenas no mercado de trabalho com o objetivo de produzir e consumir.

É visível que tal currículo não constrói uma relação dialógica para compreender os pobres que estão inseridos na escola, e muito menos a pobreza que os abarca. Assim, também não visibiliza este sujeito pobre, não lhe traz identidade, fato que provavelmente resulta na evasão e abandono escolar deste aluno pobre da escola.

Nesta perspectiva, quando se volta o olhar para o âmbito educacional em Mészáros (2008, p. 45), [...] é por isso que, também no âmbito educacional, as soluções não podem ser *formais (sic)*; elas devem ser *essenciais (sic)*. Em outras palavras, eles devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida.

Entende-se que as soluções educacionais formais precisam passar por um processo de transformação que não seja o que vem ao encontro dos interesses do capital, mas que seja uma educação resultante de uma internalização desalienante, que emancipe o ser humano, principalmente estes que têm uma corporeidade marcada pela pobreza.

Em geral, o êxito como pessoa, sujeito parte de uma sociedade, está elencado com a consciência que este tem da educação, da importância da educação para e em sua vida. Assim, Mészáros (2008, p. 54) enfatiza que [...] "os jovens podem encontrar alimento intelectual, moral e artístico noutros lugares". Estes que vão desde as associações de bairros, igrejas a lideranças de turmas em sala de aula.

Percebe-se que a postura política, intelectual ou artística é inerente ao jovem pobre porque estes aspectos fazem parte de sua vida e do lugar onde vive e é evidenciada no âmbito escolar quando oportunizado por um currículo que descortina tal experiência.

Para Mészáros (2008, p. 65), [...] "o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos". Consciência esta que é construída a partir do pensamento e sentidos criados por estes indivíduos e da contextualização dos conteúdos abordados nos currículos com a sua realidade, algo que é melindroso, pois se trata de vidas de coletivos diversos.

Considerações Finais

As discussões relacionadas à pobreza e suas relações com o contexto escolar apontam para a urgência de uma adequada aproximação com o currículo como garantia de um direito preconizado tanto nos objetivos do milênio quanto na Constituição Federal. Isso se dá porque o currículo deve dialogar com a realidade dos estudantes pobres inseridos nos espaços escolares e em tantos outros.

Certamente, o cotidiano vivido por estes coletivos que são excluídos e vivem uma constante luta por direitos, reivindicam de alguma maneira um currículo que contemple a compreensão dos conflitos envolvendo suas vidas e suas necessidades básicas.

As principais lutas exemplificadas correspondem àquelas retratadas, por exemplo, na realidade de migrantes que forçosamente saem de seu lugar e partem para outros em busca de melhores condições de vidas. Sujeitos estes que tem uma vida com precarização busca o direito a educação e neste processo há um deslocamento de corpos e cultura.

À guisa conclusiva, tem-se a perspectiva de construção de um currículo que seja emancipador e que traga uma perspectiva além do capital. Além disso, este currículo deve possibilitar a emancipação de um sujeito político e capaz de agir de forma crítica, independentemente de sua condição social é estrutural. Conscientes dos direitos que lhes são preconizados e entendendo que é na escola que ocorre a socialização de múltiplos saberes e realidades, os cidadãos em situação de pobreza consideram a escola como um espaço de ideias e de superação de diversas necessidades.

Referências

- ARROYO, Miguel G. **Módulo Introdutório: pobreza, desigualdades e educação**. Brasília: MEC, 2018.
- ARROYO, Miguel G. **Módulo II - pobreza e currículo: uma complexa articulação**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BRASIL, **Programa Bolsa Família**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/.../Cartilha_PBF_2015.pdf. Acesso em: 2 nov. 2018.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fórum Social Mundial: manual de uso**. São Paulo: Cortez, 2005.
- SOUZA, Herbert José de. 1935-1997. **Como se faz análise de conjuntura**. 30 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. **Módulo I: pobreza e cidadania**. Brasília: MEC, 2018.

MÉSZÁROS, Istiván. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

Recebido em 16 de março de 2019.

Aceito em 14 de março de 2023.